
III Congresso Nordestino de Ciências da Religião e Teologia
Anais
Recife, 8 a 10 de setembro 2016
"Devoções religiosas e pluralismo cultural"

RELIGIÃO, CAPITALISMO E COMUNITARISMO E POLÍTICA*

Drance Elias da Silva, UNICAP**

Resumo

Tomando como referência a segunda metade do século XIX, época da emergência da sociedade moderna, urbana e industrial, percebe-se que o tema *comunidade* começa a constituir um contraponto societário à modernização. A reflexão sociológica desse período analisa a questão da comunidade sob uma tipologia social marcada em geral, por pequenos grupos que estabelece relações solidárias, coesas, pessoais, espontâneas, cotidianas e permanentes, em que se configura identidades comuns – com a consciência ou sentimento do "nós" – propícias à prática da "vida comum" e do associativismo. A presente reflexão busca apresentar essa temática como importância social no início do século XX e que, como tal, perpassa também, os grupos religiosos, atingindo o comportamento dos fiéis em suas experiências eclesiais. Nessa segunda metade do XXI, a referida temática mais do que nunca, continua a demostrar importância e atualidade em todos os âmbitos de sociabilidade.

Palavras chave: Religião. Capitalismo. Comunidade. Associativismo.

Introdução

Vários estudos têm demostrado que a religião enquanto fenômeno, constitui uma resposta a diferentes condições socioeconômicas e, dentro destas, a diferentes grupos de interesse. Numa perspectiva de mudança social, não há como deixarmos de lado a questão das raízes sociais da religião. Os sistemas de crenças não são de modo algum, acidentais. S7urgem como respostas a necessidades sociais. Em qualquer forma dada ou em qualquer momento dado, uma religião particular atuará como baluarte de certo tipo de relação de produção ou como instrumento para transformá-la. Isso se deve ao fato de a religião ser algo integrado ao

---

* Trabalho apresentado no III Congresso Nordestino de Ciências da Religião e Teologia, realizado entre os dias 8 e 10 de setembro de 2016, na UNICAP, Recife. GT 05 – Religião, política, cultura e memória: diálogos sobre os séculos XIX e XX.

** Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente professor do Mestrado de Ciências da Religião e do Curso de Teologia, da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). E-mail: dranceelias1991@gmail.com.

sistema social e os indivíduos que a vivenciam refletirem tão-somente necessidades advindas de uma condição de interdependência, reflexo, portanto, de um modo vida social. Porém, a religião possui suas próprias características e sua própria história. Algumas estão ligadas fortemente a uma formação econômica social particular; outras são mais adaptáveis. Ainda que seja um reflexo das condições sociais dadas, a religião não é um reflexo passivo, mas reflete também suas próprias condições, isto é, o fermento mesmo de sua evolução: "geralmente conservadora, ou em certas condições históricas, pode ser a expressão das forças do progresso"[1] (WALTERMAN, 1987, p. 16). A religião está contida na ideia de mudança social, haja vista que aprendemos que uma ordem social, para deixar de ser tradicionalista, precisa fazer com que sua população seja ativa e produtora de novas ideias. A prática religiosa intui essa perspectiva, pois a religião, enquanto uma dimensão constitutiva da sociedade, não deve ser compreendida como algo voltado para o indivíduo somente, mas deste para fora dele mesmo. A religião, historicamente, é verificada, filosófica e sociologicamente, como um fenômeno social, e, como tal, por que não ser entendida como um fenômeno dinâmico, tal qual o conceito de "social"?

Religião e capitalismo

No mundo Ocidental contemporâneo, as religiões encontram-se bem situadas histórica e materialmente. O modo de produção capitalista, sobretudo, hegemônico enquanto referência socioeconômica, consegue firmar seu domínio como mais eficiente para sustentação de certa vida

[1] A ideia de progresso pode ser definida como a ideia de que o curso das coisas, especialmente da civilização, conta, desde o início, com um gradual crescimento do bem-estar ou da felicidade, como uma melhora do indivíduo e da humanidade, constituindo um movimento em direção a um objetivo desejável. A ideia de um universo em perpétuo fluxo não basta, pois, para formar a ideia de progresso, é necessário também uma afinidade, um objetivo último do movimento (Cf. Dicionário de Política. Brasília-DF: UNB, vol. 2, 8ª edição, 1995, p. 1009).

material. O capitalismo, diríamos, seduz e mobiliza as religiões em torno de suas atuais perspectivas, dentre essas, ser o único e definitivo caminho de produção da nossa sobrevivência. Como já foi dito a décadas atrás, o "capitalismo venceu" e nele é que nos movemos. Nesse sentido, podemos afirmar que não está sendo diferente para as intuições religiosas ocidentais. Elas se movem sob a força de um modo de produção que se transformou técnica e cientificamente de uma forma extraordinária. Suas forças produtivas se desenvolveram e modernizaram-se. As contradições se aprofundam, é claro, mas, ao que parece, não ainda ao ponto de um estrangulamento, se bem que não faltou crises que pareciam sinalizar para tal momento, como a de 1988. Nenhum analista sério, hoje, concluiria que, naquele momento, tudo

parecia ser um simples erro capitalista quanto ao investimento mundo a fora. Mas, nossos questionamentos incidiam maciçamente sobre a dureza de um sistema que ruía: como explicar, por exemplo, a quebradeira de bancos, financeiras e seguradoras, trilhões de dólares de fundos públicos engolidos pela crise e toda àquela avalanche de coisas chegar à economia real? Como explicar, perguntávamos à época, a indústria automobilística norte-americana, de pires na mão, pedindo socorro ao governo? Nas palavras de um analista quanto a essa crise de 1988, parecia que estávamos assistindo em tempo real, a derrocada do sistema de mercado:

> Nos últimos meses a fé dos fundamentalistas de mercado se viu profundamente abalada. Durante décadas seu discurso foi o da defesa do livre mercado, sustentando que a concorrência é melhor forma de regulação dos setores econômicos. Seu poder foi tamanho que obrigou os Estados nacionais a aceitarem suas imposições. Suas ideias tornaram-se hegemônicas e nos levaram até mesmo a pensar que havíamos chegado ao fim da história. Nada mais poderia substituir o livre mercado (...). Pois não é que a dinâmica do livre mercado acabou por ser a maior ameaça à própria existência dos grandes conglomerados financeiros e empresariais dos países centrais do capitalismo? [2]

[2] PETRELLA, Ricardo. **Pour une nouvelle narration du monde**. Montréal, Les editions écosociété, 2007. In: Le Monde Diplomatique – Ano 2, número 17, dezembro de 2008.

A partir do que intui a citação acima, poderíamos afirmar que o paradigma do livre mercado se quebrou. As grandes corporações naquele ano pediam um keynesianismo para os ricos, isto é, pediam uma enorme transferência de capital público para o setor privado. Em que momento da história se viu isso? Silvio Caccia Bava em artigo publicado na mesma revista (p. 3) afirmava:

> "Já está claro que esta é uma crise sistêmica. Não podem ser vistas como isoladas as crises de segurança alimentar, ambiental, energética e financeira. É uma crise do modo de produção capitalista de mercado e de sua narrativa que explica o mundo como um campo de competitividade, de conquistas e derrotas, de uma predação sem fim"

A lógica mercantilista é outra face real da contradição do modo de produção. Por trás da sua racionalidade econômica denominada de neoliberal, esconde-se toda uma concepção do ser humano que reduz, de fato, a grandeza do homem e da mulher à sua capacidade de gerar uma renda monetária [3]. E mais. Essa lógica exacerba o egoísmo e a corrida para ganhar sempre mais; leva facilmente a atentar contra a integridade da criação e, com frequência, desencadeia a cobiça, a corrupção e a violência. Essa dinâmica como expressão de um tipo de sociedade, trama contra todos nós, admitindo como concepção de troca, uma lógica utilitarista e de escolha racional.

Mas, no bojo de um contexto de crise anunciada como àquela que acima mencionamos, e que teve seus desdobramentos até os dias de hoje, percebemos, como antítese ao egoísmo capitalista, a vida comunitária como expressão de um espaço fundamental de experiência. E contraditoriamente ao sistema capitalista que sobrepõe sua lógica aos indivíduos não os reconhecendo na liberdade e dignidade, afirmamos por sua vez que, a vida comunitária busca partilhar a prática social, os projetos, os fracassos, a afetividade, as diferenças e também a esperança. A vida comunitária é

[3] O Neoliberalismo Na América Latina. **Carta dos superiores provinciais da Companhia de Jesus da América Latina.** (Documento de trabalho). São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 12s e 19s.

parte constitutiva da concepção pedagógica que vários movimentos religiosos vêm construindo, pois ela tem o propósito de impulsionar o espírito de vida como eixo de vivência e de transformação da consciência individual e coletiva. A vida comunitária anima, encoraja para a luta, para um compromisso efetivo com a transformação e, fundamentalmente, garante o espaço de celebração de todas as dimensões da vida. A vida comunitária é a vida que se organiza, e que se mantém pela força da criação e da manutenção dos laços.

Religião e comunidade como antítese ao egoísmo capitalista

Os alicerces de qualquer comunidade são as relações de reciprocidades, tão bem analisadas por Marcel Mauss em seu *Ensaio sobre o dom***.** O movimento dos *dons* e *contradons*, cuja circulação é regida pelo princípio do dar\receber\retribuir, funda as alianças sociais próprias às comunidades. Por essa perspectiva então, passamos a entender e definir comunidade pelas relações de solidariedade dos grupos humanos que partilham a mesma identidade.

Comunidade, ao que nos parece, não existe como coisa concreta, mas, como conjunto de relações de reciprocidade que proporcionam a certos grupos suas características de solidariedade e identidade. Por exemplo, grupos como nações, famílias, igrejas, e outros... podemos chama-los legitimamente de "comunidades" na medida em que efetivamente esteja regido por relações de alianças cimentadas pelo dar\receber\retribuir.

O movimento atual do jogo de troca no mercado necessariamente não é incompatível com essas relações de reciprocidades, por exemplo, vividas no seio das expressões religiosas. Pode-se articular àquelas com essas. É bem verdade, porém, que a concepção de mercado nesse momento é de quem, como produtor, já não se limita a vender o excedente da sua produção, mas produz para vender, deixando-se guiar pela demanda. Esse

modo de produção dissolve antigas alianças, cria novas relações sociais, e o mercado torna-se instituição reguladora não só das relações sociais de produção, mas, de vários outros campos da vida social, num processo que parece não ter fim. Mas, é importante que se enfatize: "reguladoras" e não que põe fim às relações sociais, o que nos permite ir em busca de verificar, no mínimo, há resistências em meio a todo esse turbilhão de atração que o mercado, como instituição moderna, exerce.

Falar de comunidade, portanto, é o eixo para enfocar essas resistências e identificar que, é nela e por ela, mesmo que situada numa sociedade de mercado, define-se as relações de solidariedades dos grupos humanos que partilham – como frisamos –, a mesma identidade. E isso tem a ver com religião, pois um pressuposto que se sobressai nessa questão, diz respeito às relações de reciprocidade: religião requer relação de reciprocidade. Nesse sentido, observamos que há uma estreita relação entre Religião e Comunidade.

Posto isso, afirmamos, a religião, como dimensão constitutiva da sociedade, não deve ser compreendida como algo voltado somente para o indivíduo, porquanto envolve todo o grupo de referência. Realidade atuante, ela dissemina por toda a sociedade seus temas e práticas sociais que marcam um jeito de negociar a difícil relação entre o eu\nós e o outro\eles em contextos que exigem posicionamento. Embora as práticas religiosas se nos apresentem de forma ambivalentes (em geral, são), não há uma negação de que demonstram um potencial de virtude, pelo contrário, há um reconhecimento como algo positivo construído. Esse "potencial de virtude" dá-se, portanto, mediante análise do espaço público que permite identificar experiências significativas que integram a realidade social.

Nesse sentido, ao nos atermos, por exemplo, à passagem da década de 1980\1990, percebemos que tradições religiosas e comunidades de fé, para espanto de muitos, adquiriram significativa importância política. Alguém poderia até, numa primeira linha, invocar Durkheim em sua intuição para entender, hoje, tamanha importância, quando ele diz: "há uma poesia

inerente a toda religião" (1996, p. 416), ela "tem um encanto que não é um de seus menores atrativos" (*Ibid*., p. 417) e nela "há algo de eterno que está destinado a sobreviver a todos os símbolos particulares nos quais o pensamento religioso sucessivamente se envolveu" (*Ibid.*, p. 472).

Comunidade e práxis religiosas

No Brasil de hoje se expressa com mais vigor a importância do fator religião na construção de uma cidadania concreta. A função da religião não se ancora mais na ideia de ser ópio como talvez ainda assim se pense. São muitos os testemunhos que podem ser dados de que, ela, a religião, incrementa a oportunidade de o fiel participar de alguma associação. Isso fortalece laços de solidariedades que se expressam pela centralidade das igrejas e cultos como referências no desenvolvimento da capacidade de inclusão social. Por esse prisma, percebe-se certa abertura das religiões, sobretudo cristãs, em aceitar parceria com o Estado através de políticas sociais destinadas à valorização do humano, principalmente em lugares onde fora sentida sua pouca e fraca presença. A relação religião e comunidade exprime que, a experiência religiosa, fortalece processos por uma efetiva e consequente participação social. Vejamos o caso da busca por uma participação política cidadã, no caso dos evangélicos sobretudo daqueles grupos classificados como novo evangelismo que surge a partir da década de 1970.

Na relação entre religião e política algo nos chama atenção: a questão da "participação política" como um valor, perpassando, sem grandes problemas, o campo do evangelismo, pois o interesse pela política tem batido à porta também das necessidades do mundo religioso (na verdade tal interesse nunca esteve ausente das intenções religiosas, mas os motivos de hoje se expressam diferentes).

A política vem sendo ressignificada pelo discurso evangélico pentecostal. Para os neopentecostais religião e política não são mais

realidades do mal, embora não estando no mesmo patamar em termos de interesse por parte do discurso evangélico, em ressignificá-los, ambos gozam de uma melhor posição hoje do que antes da década de oitenta.

A ressignificação da política no sentido de incentivar positivamente o fiel para o exercício da cidadania para além do compromisso com o espaço de pertencimento religioso, hoje está muito visível. Em se tratando de sua abertura a uma participação eleitoral, por exemplo, em que candidatos pastores se apresentem na disputa e os fiéis respondam positivamente a essa relação, tem sido um sinal de significativa mudança em termos de valor para com um âmbito em que, até o início da década de oitenta, não era expressivamente problematizado com interesse pela hierarquia eclesiástica dessas igrejas [4]. Se bem que, por essa época, o interesse maior que estava perpassando sistematicamente os cultos no dia-a-dia, não era um novo significado que deveria ter a política e sim, um novo significado que deveria ter a relação fiel-dinheiro-igreja, haja vista a grande adesão dos pobres aos três eixos fundamentais do discurso religioso evangélico: cura divina, exorcismo e prosperidade.

A política foi se impondo em meio a esse processo como fator de importância, na medida em que a instituição religiosa lentamente avaliava que seu crescimento não poderia prescindir de sua representação em instâncias de significativa participação política, como àquelas que só por meio de eleição se é capaz de chegar. O reconhecimento dos neopentecostais a participação política por meio da eleição não custaria muito a chegar, como observa Campos, (2006, p. 51) [5]:

[4] Por exemplo, os "políticos de Cristo", tipo ideal elaborado por Campos (2006, p. 46) para refletir a participação da nova geração de evangélicos na política toma como referência os anos de 1990. O contexto era de fato de explosão do crescimento do pentecostalismo no Brasil.

[5] **CAMPOS**, Leonildo Silveira. **De políticos de Cristo**. Uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: **BURITY**, Joanildo A.; **MACHADO**, Maria das Dores C. **Os votos de Deus**. Evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

> A chegada desses novos pentecostais ao campo político foi precedida tanto pela criação de novas representações ideológicas, como por um descontentamento com as maneiras tradicionais de os evangélicos fazerem política no Brasil. Durante muito tempo, líderes pentecostais consideravam 'suja' a atividade política, denunciavam os 'candidatos de porta de templo', que apareciam apenas em épocas de eleições e que, depois de eleitos, se fechavam aos interesses das bases que os elegerem ou simplesmente fingiam atendê-las dando nome de seus mortos ilustres a escolas, praças e ruas. (...) Por isso, a IURD percebeu o potencial desse eleitorado que se mostrava cansado de 'políticos profissionais'.

Sabemos o quanto a noção de política levada a cabo por evangélicos neopentecostal foi, durante muito tempo, construída sob a força representacional do demônio. A atividade política foi durante muito tempo considerada atividade "suja" porque também era atividade do demônio. O processo de ressignificação das coisas no espaço neopentecostal consolida sempre mais o jeito de pensar dessa expressão religiosa. O universo religioso evangélico brasileiro, classificado nessa tipologia, fortalece a institucionalidade dessa experiência e congrega mais do que divide. Essa institucionalidade como algo de interesse dessas religiões passa, primeiro, pelo fortalecimento das teias linguísticas simbólicas, que precisam ser refeitas para uma melhor relação do fiel com o mundo, com a igreja, com Deus e com ele mesmo.

O dinheiro, Deus, o mundo, a igreja, a política, a noção do bem e do mal que na experiência religiosa, sobretudo cristã, ao se constituírem em ícones significativos de poder, não se constituíram sempre símbolos positivos na vida interior das pessoas. O foco hoje colocado nesses exemplos simbólicos se deve a todo um processo de desgaste sofrido pelos mesmos em decorrência de uma práxis religiosa centralizadora, autoritária e violenta com Deus, o mundo e as pessoas.

Esse processo de ressignificação parece muito estratégico, em face de uma conjuntura de sociedade que nós estamos vivendo, e de campo religioso em permanente confronto, por conta de toda uma perspectiva de

expansão, de crescimento, de desenvolvimento institucional. Da participação política-eleitoral na escolha de candidaturas que agrega a comunidade evangélica de uma determinada localidade à participação em marchas, campanha pela paz e contra a fome, a visibilidade dos evangélicos pentecostais e neopentecostais sinaliza uma conquista no espaço público-político. Mesmo que essa novidade esteja sob o controle dos pastores por meio do discurso e da forma de organização, demarca uma posição frente à realidade não muito comum se levarmos em conta que, no dia-a-dia do pertencimento religioso, os fiéis focam sua preocupação mesmo na busca por resolução de coisas imediatas. A cidadania evangélica neopentecostal se sabe, é a luta por prosperidade. Esse é o lastro por sobre o qual se estende a bandeira de uma religião que, para fugir do determinismo de uma imagem de um Deus inerte, o ressignificou para compor o novo tempo: o tempo da representação de um deus que exige "mobilidade" do fiel a fim de desfrutar dos propósitos divinos que se encontram ao seu alcance. Disso tudo se conclui que, a cidadania como concepção no âmbito das religiões em tempos atuais tem mudado significativamente. Passa por uma construção permanente que se dá através da ação.

Referências

CAMPOS, Leonildo Silveira. De políticos de Cristo. Uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITY, Joanildo A.; MACHADO, Maria das Dores C. **Os votos de Deus**. Evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

Dicionário de Política. Brasília-DF: UNB, vol. 2, 8ª edição, 1995.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WALTERMAN, Peter. **Las religiones.** Madri: Ed. Iepala, 1987.

PETRELLA, Ricardo. **Pour une nouvelle narration du monde**. Montréal, Les editions écosociété, 2007. In: Le Monde Diplomatique – Ano 2, número 17, dezembro de 2008.

O Neoliberalismo Na América Latina. **Carta dos superiores provinciais da Companhia de Jesus da América Latina.** (Documento de trabalho). São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 12s e 19s.